



Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo/ PEA-CP

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO: Para onde caminhamos?



A realização do Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO:**  
**Para onde caminhamos?**

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS  
NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA  
PETRORIO S.A  
AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

## SUMÁRIO

▶ INICIANDO A CONVERSA	4
▶ PARTE I – EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO	7
• RECORDANDO	8
• A APOSTILA IV	9
• O QUE ESTÁ EM JOGO COM AS MUDANÇAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL?	9
• ATIVIDADES COMPLEMENTARES	13
▶ PARTE II – COMUNICAÇÃO POPULAR	17
• ENRAIZANDO A COMUNICAÇÃO POPULAR	18
• TROCANDO EM MIÚDOS	20
• CONECTANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	22
• PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E COMUNICAÇÃO POPULAR	23
• DA RAIZ AO FRUTO	24
• USO DAS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO POPULAR NO LICENCIAMENTO	25
• ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS “ENCAMINHAMENTOS”	26
• “NOVOS RUMOS: O MONITORAMENTO É COTIDIANO”	27
▶ PARTE III – TEATRO DO OPRIMIDO (TO)	28
• A ORIGEM	29
• TEATRO DO OPRIMIDO: HISTÓRICO E PREMISSAS	32
• AUGUSTO BOAL E PAULO FREIRE - ESTRATÉGIAS PARA A LIBERTAÇÃO	34
• TEATRO DO OPRIMIDO: PARA QUÊ SERVE?	35
• E QUEM NUNCA FEZ TEATRO, PODE FAZER TEATRO DO OPRIMIDO?	37
• DE QUE FORMA PODEMOS EXPERIMENTAR ESSA TRANSFORMAÇÃO ATRAVÉS DAS TÉCNICAS DO TEATRO DO OPRIMIDO?	39
• PORQUE ENTENDEMOS QUE ERA IMPORTANTE INSERIR ESTE TEATRO NO PEA OBSERVAÇÃO? O QUE QUEREMOS COM ISSO?	41
• O QUE PRETENDEMOS APRESENTAR COM O TO NO FINAL DO ANO?	42

## INICIANDO A CONVERSA

Chegamos à quarta apostila do PEA Observação. E começamos dessa vez com um questionamento provocador que consta no subtítulo: “*Para onde caminhamos?*”.

Essa é uma pergunta que remete, a princípio, a pelo menos duas reflexões gerais que precisamos fazer.

A primeira, mais ampla, diz respeito ao contexto nacional de intensas modificações nas políticas públicas e nos direitos constitucionais que buscam garantir um ambiente saudável e digno para todas as pessoas, sem comprometer os ecossistemas e a conservação da biodiversidade. É do **conhecimento de todos os integrantes** do projeto as mudanças que estão em andamento na política ambiental brasileira (falta de concursos públicos e redução de quadros técnicos; aprovação de leis que legalizam a redução de unidades de conservação e territórios indígenas; fim de novas demarcações de terras indígenas e de reconhecimento de quilombos; redução na fiscalização ambiental e no controle de uso de agrotóxicos; liberação de exploração mineral em áreas antes proibidas etc.). O orçamento do Ministério do Meio Ambiente, que já era pífio, apenas 0,16% do total, foi reduzido à metade<sup>1</sup> em 2017! E, particularmente no processo de licenciamento ambiental federal, a situação não é diferente.

No que diz respeito ao licenciamento offshore de exploração e produção de petróleo e gás, onde estamos inseridos, uma preocupante alteração inicial já foi feita: a separação entre a Coordenação de Sísmica e a Coordenação que acompanha as condicionantes da produção, antes reunidas na Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG). A simples divisão gera o fim do controle integrado do órgão ambiental sobre a cadeia produtiva licenciada. Reparem, até aqui tinha-se uma Coordenação Geral que pensava as relações entre todas as etapas envolvidas no licenciamento da produção petrolífera, o que facilitava articular o que

Vide as postagens na página do Facebook **Todos pelo Ambiente** <https://www.facebook.com/campanhatodospeloambiente/>

Vocês já conhecem o que é compensação e o que é mitigação (conceitos apresentados na Apostila I). Igualmente previsto na Política Nacional do Meio Ambiente, a recuperação ambiental existe quando se exige a reparação do dano ambiental, por meio da recomposição natural do que foi degradado ou poluído; e da indenização pecuniária propriamente dita (pagamento direto em dinheiro).

<sup>1</sup> <http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FMeio-Ambiente%2FCortes-no-Ministerio-do-Meio-Ambiente-afetam-direitos-sociais-e-ambientais%2F3%2F38003#.WQT1fTZXHbB.facebook>

cabe a cada etapa sem perder os nexos com as demais, estabelecendo normas que fortaleciam a reparação, a compensação e a mitigação, portanto, os direitos da população. Agora, com a separação das Coordenações, com cada um cuidando do “seu quadrado”, perde-se a compreensão do ambiente como um todo, dos efeitos **sinérgicos** dos impactos ambientais, e a possibilidade de se pensar a gestão integrada do ambiente.

Sinergia na área ambiental significa dizer que dois elementos isolados têm efeitos diferentes dos que se manifestam quando estão em interação. Logo, analisar e compreender um impacto sozinho é diferente de quando se compreende este em interação com outros, cujos efeitos podem ser maiores e diferenciados. Logo, a relação sinérgica entre impactos ambientais é mais do que a simples soma das partes.

O que isso significa em termos de garantia de direitos dos grupos sociais mais impactados e vulneráveis às transformações territoriais? Será que com essa medida, no contexto de outras ameaças em andamento no Congresso, corre-se o risco de se terminar com as condicionantes de educação ambiental? E como ficam os PEAs na Bacia de Campos? E se forem extintos, o que fica desses projetos para os sujeitos prioritários do processo educativo?

Uma outra linha de reflexão, ligada a essa, porém mais específica, ajuda a pensar os rumos do PEA Observação em sua Fase 4. Após uma etapa de direcionamento do projeto, para atender integralmente às diretrizes<sup>2</sup> da educação ambiental no licenciamento *offshore* de petróleo e gás (Fase 2), e outra de fortalecimento da comunicação popular e melhor delimitação do papel dos Observatórios (Fase 3), ousamos na atual Fase 4. Agora, estamos experimentando trazer técnicas do Teatro do Oprimido para o processo educativo, articuladas à comunicação popular, e também como instrumento de aprimoramento das relações humanas e de gestão dos grupos que formam os Observatórios.

O desafio está posto: o tripé educação ambiental crítica, como núcleo central do PEA Observação e de qualquer PEA no licenciamento, junto com a comunicação popular e o Teatro do Oprimido, no cumprimento das exigências legais e dos objetivos da Fase 4.

Já pararam para pensar em como essas três “dimensões” se complementam? Vamos relembra os objetivos específicos dessa fase para ajudar a responder essa questão:

---

<sup>2</sup> Essas diretrizes se encontram na NT n. 01/2010 - CGPEG/IBAMA e na IN n. 02/2012 – IBAMA.

- Fomentar o processo continuado de diálogo, planejamento, acompanhamento e execução conjunta das atividades dos Observatórios;
- Promover a formação continuada da equipe técnica e dos participantes dos Observatórios;
- Fomentar os aspectos motivacionais e as relações interpessoais em cada Observatório;
- Redefinir atribuições entre os integrantes dos Observatórios (associados, dinamizadores e diretores), no primeiro ano;
- Definir coletivamente o desenho e o modo de funcionamento dos Observatórios de Macaé e São João da Barra, no primeiro ano;
- Avaliar coletivamente o desenho e o modo de funcionamento dos Observatórios, no segundo ano;
- Estimular o uso das mídias sociais e do audiovisual como ferramenta de mobilização, formação e monitoramento;
- Introduzir o Teatro do Oprimido como ferramenta motivacional, de gestão e de comunicação;
- Possibilitar que os resultados do monitoramento sejam socializados e discutidos com os sujeitos prioritários do processo educativo;
- Manter o *site* como instrumento de capacitação e troca entre a equipe técnica e os Observatórios, entre os integrantes do projeto e destes com a comunidade local.

Agora, vamos juntar as duas grandes reflexões iniciais. Algo que pode ser resumido em mais uma questão: esses objetivos e instrumentos (Comunicação Popular, Teatro do Oprimido e Educação Ambiental Crítica) ajudam no enfrentamento dos desafios gerados por um contexto de ameaça ao licenciamento?

Vale a pena pensarmos sobre isso.

Boa leitura!

**PARTE I**  
**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO**

## RECORDANDO...

A Apostila I tratou do licenciamento, seu histórico e como a educação ambiental crítica foi aí incorporada. Esclarecemos aspectos legais e diretrizes que regem a área e como estas podem ser incorporadas e praticadas no PEA Observação. A Apostila II, abordou o processo pedagógico no tratamento dos problemas e conflitos ambientais, mostrando que o ato educativo é intencional, tem finalidades e envolve não só a aquisição de conhecimentos. No licenciamento, o processo educativo busca fundamentalmente a mobilização e organização coletiva, novas atitudes, reconhecimento público das identidades dos grupos, e a garantia de direitos e políticas sociais por meio da participação nos espaços da gestão ambiental pública. A referida apostila trouxe uma primeira aproximação com a discussão da comunicação popular e sua importância para os PEAs e esclareceu alguns aspectos legais e conceituais relativos ao que são povos tradicionais. A Apostila III, por sua vez, aprofundou os conhecimentos sobre o que é ser um observatório como os que formam o PEA Observação e suas finalidades. Discorreu ainda sobre a comunicação popular em sua articulação com a educação ambiental no licenciamento.

### Atividade 1

Até a Apostila IV sempre procuramos trazer um resumo das apostilas anteriores antes de falar da nova. Vamos fazer diferente dessa vez.

Reúnam os integrantes do Observatório e releiam os objetivos das Fases 2 e 3. Em seguida, deem uma relembração nos conteúdos trabalhados nas apostilas 1, 2 e 3. Está claro o que são os PEAs no licenciamento? Porque trabalhamos com públicos específicos? Quem são esses sujeitos? Qual é a importância da comunicação popular no PEA Observação? O que cabe a um observatório dentro de um PEA?

Mais importante: o grupo consegue identificar mudanças de compreensão e de postura no dia a dia e no cumprimento dos objetivos do projeto?

## A APOSTILA IV...

A apostila IV está organizada em 3 partes, após essas considerações iniciais.

Na primeira, trazemos elementos que ajudam a pensar o atual momento da educação ambiental no licenciamento e, de modo intercalado e ao final, algumas atividades que ajudam na discussão sobre o tema.

Na segunda, buscamos conhecer um pouco mais a comunicação popular. Falamos da sua importância estratégica e do caminho adotado na Fase 4 para se chegar ao produto que os observatórios apresentam no evento final de cada ano.

Na terceira, procuramos esclarecer melhor a pertinência do uso de técnicas do Teatro do Oprimido no PEA Observação. Para tanto, falamos de seu histórico e premissas, do porquê entendemos que era importante sua inserção no PEA e o que pretendemos apresentar com o TO não só no evento de fim de ano, mas ao longo de toda a Fase 4.

## O QUE ESTÁ EM JOGO COM AS MUDANÇAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL?

Como vimos na Apostila I, a Constituição Federal define o ambiente como bem de uso comum em seu artigo 225:

*Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia **qualidade de vida**, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Vamos explicar o que isso significa de um modo um pouco mais aprofundado, para em seguida pensarmos as implicações das mudanças já anunciadas (e as possíveis) na política ambiental brasileira e no licenciamento ambiental federal.

Reconhecer constitucionalmente que o ambiente é um bem comum significa que o Estado brasileiro assume que há um conjunto de atributos naturais no ambiente que são necessários a todos para se ter uma existência digna. Na prática, dentro do que cabe à política ambiental, significa dizer que a água, a terra, os recursos minerais, as matas, a biodiversidade, o ar, o mar e seus frutos etc., podem ser utilizados para fins econômicos (geração de riquezas para o atendimento de necessidades materiais e simbólicas), mas de modo regulado pelo Estado.

Todas as pessoas têm a obrigação de cuidar do ambiente, mas é o Estado que tem a obrigação (competência exclusiva – somente ele pode fazer) de não só controlar o processo de exploração e produção, mas garantir que o direito de uso por concessão de um bem (como o petróleo) e o direito de propriedade (como a terra), não

representem o impedimento de uma vida saudável para os demais e nem a extinção de outras espécies que coabitam o planeta conosco.

Pensando no público do PEA Observação, uma forma do Estado garantir o ambiente como bem comum é observada na gestão pesqueira, estabelecendo o manejo de espécies e a criação do “Período de Defeso”. Nesse período, os pescadores ficam impossibilitados de capturar certas espécies, em período de reprodução, de modo a garantir a existência de espécies com potencial econômico e relevância ecológica a longo prazo. Para tanto, os pescadores cadastrados recebem um subsídio monetário do Estado por seu tempo de trabalho que não pode ser realizado. Ou seja, se há atributos no ambiente que não podem ser negados a ninguém, o uso destes tem que ser feito de um modo viável e justo, onde todos possam se beneficiar com sua existência e utilização econômica. E é ao Estado a quem cabe garantir isso e fazer cumprir a Lei.

E tem mais! O ambiente, como bem comum, impõe à sociedade a definição dos limites de uso em geral de modo a permitir que não só os outros possam, nesse momento, igualmente usufruir de seus atributos. É uma exigência ética que estes sejam sustentáveis para uso das gerações futuras. Assim, as formas de **uso e apropriação dos recursos** naturais devem ser feitas de modo justo hoje e para com aqueles que ainda estão por vir! Isso significa dizer que é um pressuposto constitucional que a natureza só pode ser apropriada para fins de interesse de satisfação justa de cada um e da coletividade, no presente e para o futuro.

Para cumprir com sua missão, o Estado possui alguns instrumentos de controle e gestão. Estão descritos no artigo 2 da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei Nº 6.938/81, da seguinte forma:

- I - O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;*
- II - O zoneamento ambiental;*
- III - A avaliação de impactos ambientais;*
- IV - O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;*
- V - Os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;*
- VI - A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;*
- VII - O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;*
- VIII - O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumento de Defesa Ambiental;*

*IX - As penalidades disciplinares ou compensatórias do não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.*

*X - A instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;*

*XI - A garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;*

*XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.*

Como pode ser visto, dentre os mecanismos que o Estado tem para se fazer cumprir o artigo 225 da Constituição Federal (onde se define o ambiente como bem comum), consta o licenciamento, cabendo este, no nível federal, ao IBAMA.

Contudo, ser um direito constitucional e responsabilidade de cada cidadão não é certeza de que o ambiente seja de fato um bem comum no Brasil. Aliás, é justamente por não ser o que deveria ser que explica a quantidade crescente de conflitos ambientais no país: conflitos por terra, conflitos por água, conflitos por territórios indígenas, conflitos marítimos; conflitos de uso de manguezais etc. Afinal, só se disputa algo quando este não está acessível e distribuído de um modo satisfatório e justo para todos.

## **Atividade 2**

Façam uma breve pesquisa na internet sobre conflitos. Busquem mapas e dados organizados que mostram o número crescente de conflitos no campo e nas cidades. Analisem os resultados e procurem relacionar com os problemas e conflitos com os quais estão trabalhando nos Observatórios.

A possibilidade de o ambiente ser realmente um bem comum depende de outras coisas que estão muito além do bom senso sobre o direito à vida e sobre o uso racional dos recursos naturais.

Poderosos grupos econômicos e políticos, que controlam o Estado brasileiro, possuem seus interesses e estes, geralmente, não correspondem aos interesses da maioria da população e daqueles que já se encontram negados em seus **direitos** e em condições precárias de sobrevivência. Esses grupos econômicos possuem, muitas

vezes, maioria no legislativo, cargos estratégicos no executivo e no judiciário, conseguindo aprovar na maioria dos casos, aquilo que lhes convém. Neste cenário fica evidente que o Estado, ao invés de proteger as populações vulneráveis, trabalha para atender às demandas privadas desses grupos mais beneficiados economicamente.

### Atividade 3

Para verificar o que está sendo dito, nas ciências sociais e políticas, há uma metodologia muito usada e que é fácil de qualquer cidadão realizar.

Pesquisem quem são as pessoas que ocupam cargos de decisão em seu município (prefeito, secretários, assessores, diretores e quem são os vereadores eleitos). Identificar significa não só saber seu partido, mas de onde eles vêm: se era de um sindicato, associação, movimento social, dono de empresa, acionista, representante de alguma igreja ou corporação. O que ele fez antes de ocupar um cargo público, o que defendeu e o que defende? Quem é sua base eleitoral?

Comparem essa história de vida com as funções que desempenham no Estado, verificando as coerências e incoerências e para que lado decidem os rumos das políticas públicas.

Saber quem é quem nos cargos públicos ajudará a entender o que se defende e o que se aprova e, em última instância, o que vale como regra para todos.

Então, agora podemos responder de forma mais direta a pergunta que está no título deste item. *O que está em jogo com as mudanças no licenciamento ambiental federal?* Ora, se o licenciamento é uma condição, uma exigência legal, para que uma atividade de exploração de recursos naturais e produção econômica possa acontecer, a disputa política em torno dele é muito forte. Afinal, o que se autoriza, o que não se autoriza, e as condições para se autorizar definem os rumos do desenvolvimento econômico e social do país e sob que qualidade ambiental isso se dá.

As mudanças atuais e as que estão na pauta do congresso nacional indicam que a correlação de forças que domina o legislativo, o executivo e o judiciário, não é no sentido de fortalecer o caráter público da política ambiental e o ambiente como bem comum. Visivelmente, os rumos das decisões são para favorecer certos setores fundamentais da economia brasileira, ainda que com isso se coloque em risco a

proteção ambiental e o direito de existir de grupos mais vulneráveis a esse padrão de desenvolvimento.

Portanto, o que está em jogo não é só a continuidade de condicionantes de educação ambiental, mas um conjunto de direitos conquistados pelos cidadãos e a preservação de ecossistemas, corpos d'água e da biodiversidade.

#### **Atividade 4**

Pesquise na internet os projetos de lei que propõem mudanças na legislação ambiental brasileira.

Procurem ler particularmente o texto da PEC 65/ 2012. Este projeto de emenda constitucional, ou seja, de mudança na constituição, de autoria do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e relatada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), estabelece que, a partir da simples apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pelo empreendedor, nenhuma obra poderá mais ser suspensa ou cancelada. Na prática, isso significa que o processo de licenciamento ambiental, que analisa se um empreendimento é viável ou não a partir dos impactos socioambientais que ele pode gerar, deixa de existir.

A sua votação está adiada, mas não foi derrotada. Há também outras propostas em tramitação.

Leiam, por exemplo, a preocupante matéria “O sino da morte está batendo para o licenciamento – e ninguém dá a mínima” publicada em:

<https://medium.com/@observatorioclima/o-sino-da-morte-est%C3%A1-batendo-para-o-licenciamento-e-ningu%C3%A9m-d%C3%A1-a-m%C3%ADnima-ad405decc29b>

Procurem se informar!

#### **Atividades complementares**

Vários foram os conceitos e questões comentados nessa primeira parte da Apostila IV, movimento necessário por tudo o que foi dito sobre os rumos da política no país, do licenciamento e dos programas de educação ambiental em seu interior.

Para reforçar e ajudar na apreensão do que foi discutido aqui e nas apostilas anteriores, procurem fazer essas duas atividades complementares. São casos inspirados em situações reais, fora do licenciamento, mas no âmbito da gestão

ambiental pública. Servem como um exercício teórico-prático que trará novas luzes para o dia a dia dos Observatórios.

### *Estudo de Caso 1: Unidades de Conservação*

Uma unidade de conservação, categorizada como Reserva Biológica, foi criada em 2002 a partir da demanda de um grupo de cientistas que verificou alto grau de endemismo de anfíbios em uma região florestal montanhosa. Em suas partes mais baixas, onde se localiza a zona de amortecimento da UC, habitam há pelo menos 100 anos cerca de 170 famílias, cuja atividade principal consiste na agricultura de subsistência (batata, mandioca, tomate, hortaliças, ervas e frutas) e na criação de pequenos animais. Após a criação da Reserva, discutiu-se a necessidade de ser elaborado um programa de educação ambiental para estas famílias.

Inicialmente, conservacionistas argumentaram que a atividade humana na região prejudicava o ambiente natural, pois espécies exóticas foram introduzidas e algumas áreas tiveram de ser desmatadas para o cultivo de horta e para a criação de animais. Havia também a cultura da caça de animais silvestres entre alguns moradores. Assim, concluiu-se que a educação ambiental deveria sensibilizar os moradores para a questão da caça, explicando a função ecológica das espécies. Ao mesmo tempo, deveria apresentar uma alternativa ao cultivo de espécies exóticas, oferecendo cursos de produção de mudas nativas e de artesanato em palha.

A população residente, em princípio, argumentou que sua presença em nada afetou o ambiente natural – pelo contrário, diziam, ajudar a preservar a floresta (“se tá como tá, é porque nossos avós souberam cuidar da terra”). Após a insistência dos ambientalistas, no entanto, muitos aceitaram participar dos cursos acreditando no potencial de geração de renda relatado.

Três anos depois de realizado o curso, um novo gestor foi indicado para administrar a reserva, verificando que os problemas ambientais não só haviam persistido como o conflito entre a população e os ambientalistas havia se agravado. A população local, sem conseguir retorno econômico com as novas atividades, desconfiava das intenções dos ambientalistas, pois estes se comportavam de modo antagônico, denunciando ao órgão fiscalizador qualquer atividade produtiva que pudessem fazer. Os ambientalistas, por sua vez, acusavam os moradores de aumentar a degradação sem se empenhar na busca de soluções, insistindo em atividades nocivas ao ambiente.

O novo gestor, verificando a situação, procurou saber o que havia sido feito para diminuir os conflitos anteriormente existentes. Logo descobriu o programa de educação ambiental, apontando três grandes problemas em sua concepção e execução:

1. Desconsiderou o contexto local, sem problematizar os motivos pelos quais os moradores caçavam;
2. Os cursos oferecidos não foram bem aceitos pela população, pois a produção de mudas não era rentável e tirava os homens do trabalho na roça, prejudicando o abastecimento de suas famílias. O artesanato, por sua vez, não tinha público-consumidor no local;
3. Em nenhum momento, a população foi chamada para opinar sobre o planejamento, o conteúdo e o andamento dos cursos, sendo que apenas a opinião de especialistas em educação ambiental foi levada em consideração, dando poder aos ambientalistas “externos” e tirando a voz dos moradores locais.

Diante destas constatações, e percebendo que não havia um representante dos moradores, por meio de suas organizações comunitárias, no conselho gestor da reserva, o novo gestor convocou uma eleição para a composição de um novo conselho, efetuando uma grande estratégia de mobilização de grupos sociais mais vulneráveis ambientalmente e divulgação em reuniões prévias abertas ao público. A todos, avisou que sua gestão seria marcada por um processo de participação social no diagnóstico, planejamento e execução de atividades.

Se você fosse convidado a pensar um novo Programa de Educação Ambiental relacionado à gestão da reserva, que eixos indicaria como estruturantes do programa? Qual seria o público-alvo? Que tipo de curso pensaria oferecer à população residente?

### *Estudo de caso 2: Gestão de águas*

Um rio com grande volume de água passa por três estados brasileiros. Sendo assim, sua bacia hidrográfica é considerada de responsabilidade federal, e seu comitê de bacia deve ser formado paritariamente por representantes dos três estados. Um dos temas que mais causa polêmica nas reuniões é quando se discute o uso múltiplo das águas deste rio e seus afluentes. O estado localizado mais à montante tem a maior população e também a maior taxa de industrialização do país. Sendo assim, sua demanda por água é muito intensa, tanto para abastecimento quanto para diluição de efluentes. Os dois estados localizados mais à jusante, por sua vez, estão em um período de franco desenvolvimento industrial, o que faz com que demandem cada vez mais água para os mesmos fins. Somado a esse crescimento de demanda, que envolve a quantidade de água disponível, existe ainda uma reclamação em relação à qualidade da água que chega aos estados após receber efluentes domésticos e industriais de um estado muito grande. Durante as reuniões do comitê, um argumento

comumente ouvido é “vocês se desenvolvem, mas quem fica com o ônus disso tudo somos nós! Por que não podemos ter o mesmo direito que vocês?”

Esta situação se agravou recentemente, quando uma indústria ganhou o direito de construir uma barragem para produção privada de energia elétrica para atender às demandas de suas atividades. Os usuários dos estados à jusante reclamam um suposto “privilégio” daqueles localizados à montante; o poder público cobra que os benefícios da instalação desta barragem – recursos obtidos pelo funcionamento da indústria – sejam repartidos da mesma forma que os prejuízos econômicos e ambientais do empreendimento; a sociedade civil que representa os municípios próximos à foz do rio, por sua vez, não se preocupa imediatamente em repartir os benefícios, mas sim em pedir soluções urgentes para a diminuição de vazão verificada, que tem provocado a salinização da água doce devido à invasão do mar e, ocasionando alteração na disponibilidade de pescado, fonte de recursos de populações ribeirinhas e pescadores artesanais.

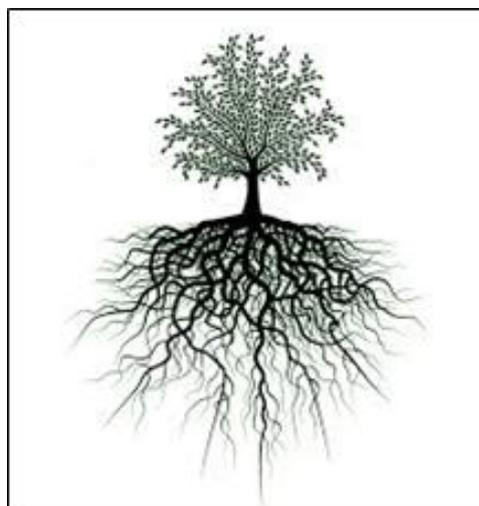
Diante da oposição de interesses verificada – tanto entre os estados quanto entre os diversos membros do comitê de bacia – estava cada vez mais difícil manter o diálogo nos encontros. Um especialista em gestão de águas, convidado para uma reunião ordinária, observou que os argumentos em favor do desenvolvimento econômico geralmente levavam vantagem sobre aqueles em favor da manutenção da qualidade ambiental e da conservação da pesca. Houve quem falasse que o potencial do rio não se relacionava à atividade pesqueira, sugerindo que o poder público oferecesse cursos técnicos em mecânica, informática e eletricidade para os filhos de pescadores, dando oportunidade para que estes se inserissem no “mercado de trabalho”. Os pescadores recusavam este tipo de proposta, afirmando que não aceitavam a imposição de mudar de atividade, pois era o trabalho que definia as formas de ser e viver de suas famílias. Por outro lado, eram chamados de “teimosos”, pois alguém tem que ceder em uma situação como esta.

Como a educação ambiental pode atuar na mediação deste tipo de conflito? Se você fosse convidado a intervir neste tipo de discussão, acha que seria possível conciliar interesses tão diversos em um espaço que define a forma de gerir um bem de uso comum? É possível que o poder público adote uma posição de neutralidade?

## **PARTE II**

# **COMUNICAÇÃO POPULAR**

## ENRAIZANDO A COMUNICAÇÃO POPULAR



**“A COMUNICAÇÃO NÃO ESTÁ NA EXCLUSIVA TRANSFERÊNCIA OU TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO DE UM SUJEITO A OUTRO, MAS EM SUA COPARTICIPAÇÃO NO ATO DE COMPREENDER A SIGNIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO. ESTA É UMA COMUNICAÇÃO QUE SE FAZ CRITICAMENTE”<sup>3</sup>**

As ferramentas de Comunicação Popular têm o papel de fortalecer a tão falada coparticipação pensada por Paulo Freire, através de seu uso dialógico (Consultoria + Observatório + Sujeito Prioritário). No processo educativo do PEA Observação são utilizadas três dessas ferramentas (Jornal Mural, Blog/Site e Audiovisual), que juntas fornecem aos grupos prioritários técnicas de comunicação para fortalecer o monitoramento socioambiental realizado pelos Observatórios.

O Jornal Mural tem se mostrado eficiente nas ações da comunicação popular junto aos grupos prioritários foco do monitoramento dos Observatórios, além de ser a ferramenta mais utilizada pelos grupos. Através dela, as notificações sobre a liberação ou proibição da pesca, as reuniões com as comunidades quilombolas, as políticas de agricultura familiar e as demais informações relacionadas a essas comunidades tradicionais são compartilhadas e produzidas de forma colaborativa.

---

<sup>3</sup> FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2006A, p.710.

O Site/blog em sua **formação continuada de texto para web** alcança diversos públicos dentro e fora dos municípios de atuação do projeto, indo além do território nacional. É um espaço de comunicação para explicitação dos conflitos monitorados por cada grupo através de uma linguagem mais acessível e compreensível a diferentes grupos sociais que acessam ao site do **PEA Observação**<sup>4</sup>.

Já o Audiovisual, ferramenta responsável pela produção do curta documental, tem apresentado os conflitos socioambientais vivenciados pelos grupos mais vulneráveis aos impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás, além de contribuir para a luta desses grupos em busca da garantia de direitos.



Na Fase 4, atual fase do projeto, busca-se aprofundar e consolidar as potencialidades cotidianas dessas ferramentas, sobretudo o audiovisual, com a adoção de novas técnicas que visam fortalecer as ações de monitoramento e facilitar os encaminhamentos das demandas dos sujeitos prioritários - foco do monitoramento em cada Observatório. A intenção do uso dessas ferramentas não se restringe ao seu uso pontual, mas também ao seu potencial pedagógico, mobilizador e articulador.

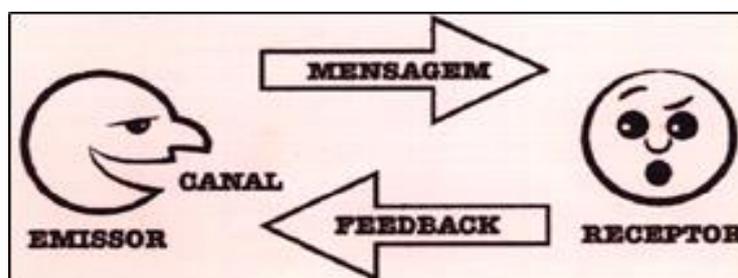
---

<sup>4</sup> <http://peaobservacao.com.br/>

RELEMBRANDO



A Comunicação Popular é composta por um conjunto de ferramentas que têm o objetivo de “quebrar” o formato tradicional da comunicação (hegemônico). Nesse, o **emissor** transmite uma **mensagem** através de um **canal** para os **receptores**, que recebem este conteúdo de maneira passiva.



Elementos básicos da comunicação

TROCANDO EM MIÚDOS...

A Comunicação Popular implica na quebra da lógica de dominação, que se dá de cima para baixo, não levando em consideração a opinião popular. Na contramão dessa lógica, as ações da Comunicação Popular são realizadas de baixo para cima, ou seja, partindo da opinião popular, estando ligada a movimentos sociais reivindicatórios, buscando a justiça social, o reconhecimento de suas demandas, a visibilidade pública e a redistribuição de recursos políticos e econômicos. Desta forma, suas ações

apresentam um conteúdo crítico e emancipador, tendo a comunidade como protagonista, inserindo os atores sociais envolvidos em um processo de educação e cidadania.

Neste contexto, se apresenta como uma forma de comunicação dos segmentos mais excluídos da sociedade, contribuindo para a mobilização coletiva e desenvolvendo canais próprios. Ou seja, é uma forma de comunicação libertadora, transformadora, e que tem o povo como gerador e protagonista das ações.

Mas, onde os Observatórios entram nesta narrativa?



#### **Atividade 5**

Cite uma situação vivenciada pelos participantes do PEA Observação onde foi percebida a função crítica das ferramentas de Comunicação Popular?

## CONECTANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL



“NÃO BASTA SABER LER QUE ‘EVA VIU A UVA’. É PRECISO COMPREENDER QUAL A POSIÇÃO QUE EVA OCUPA NO SEU CONTEXTO SOCIAL, QUEM TRABALHA PARA PRODUZIR A UVA E QUEM LUCRA COM ESSE TRABALHO”<sup>5</sup>

A compreensão da Comunicação Popular inserida no Licenciamento Ambiental Federal está alinhada à proposta pedagógica de uma educação ambiental crítica. Ou seja, os conflitos socioambientais são materializados através de textos, imagens, vídeos e conversas para que o sujeito da ação educativa possa formar um pensamento crítico, produzido de forma coletiva e colaborativa.



<sup>5</sup> GADOTTI, Moacir (org.) Paulo Freire: uma bibliografia. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília: UNESCO, 1996, p. 72.

### Atividade 6

Reunam-se, por Observatório, para realizar uma reflexão sobre de que maneira a comunicação popular mudou o seu pensar ou sua lógica sobre a realidade em que estão inseridos.

## PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E COMUNICAÇÃO POPULAR



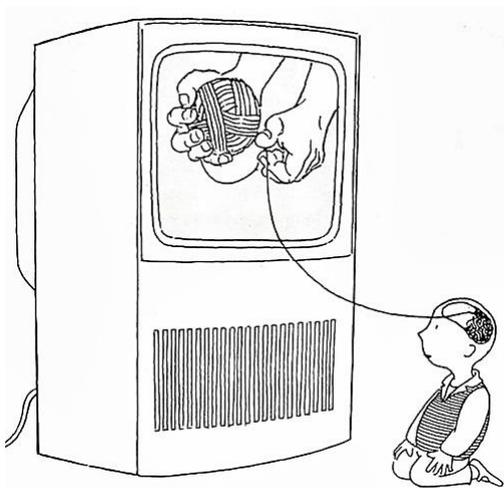
“A EDUCAÇÃO É COMUNICAÇÃO E DIÁLOGO, NA MEDIDA QUE NÃO É TRANSFERÊNCIA DE SABER, MAS UM ENCONTRO DE SUJEITOS INTERLOCUTORES QUE BUSCAM A SIGNIFICAÇÃO DOS SIGNIFICADOS”<sup>6</sup>

A **educação bancária**, tal como a **comunicação tradicional**, transmite ao indivíduo um conteúdo pronto onde não há espaço para o diálogo, transformando-os em “depósitos vazios a serem preenchidos”. Por isso, sejam educadores ou comunicadores, a relação com o educando / público / sujeito deve ser sempre horizontal, nunca vertical.

<sup>6</sup> FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. P.69.



## DA RAIZ AO FRUTO



“A MANIPULAÇÃO É OUTRA CARACTERÍSTICA ANTIDIALÓGICA. DÁ-SE PELOS MITOS QUE REAFIRMAM O MODELO BURGUES DE ASCENSÃO. TODOS OS MITOS SÃO INTROJETADOS PELAS MASSAS POPULARES OPRIMIDAS PARA SUA CONQUISTA, E OS VEÍCULOS SÃO OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS – ONDE NÃO HÁ COMUNICAÇÃO, E, SIM, DEPÓSITO DE COMUNICADOS”<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2006a. P.160.

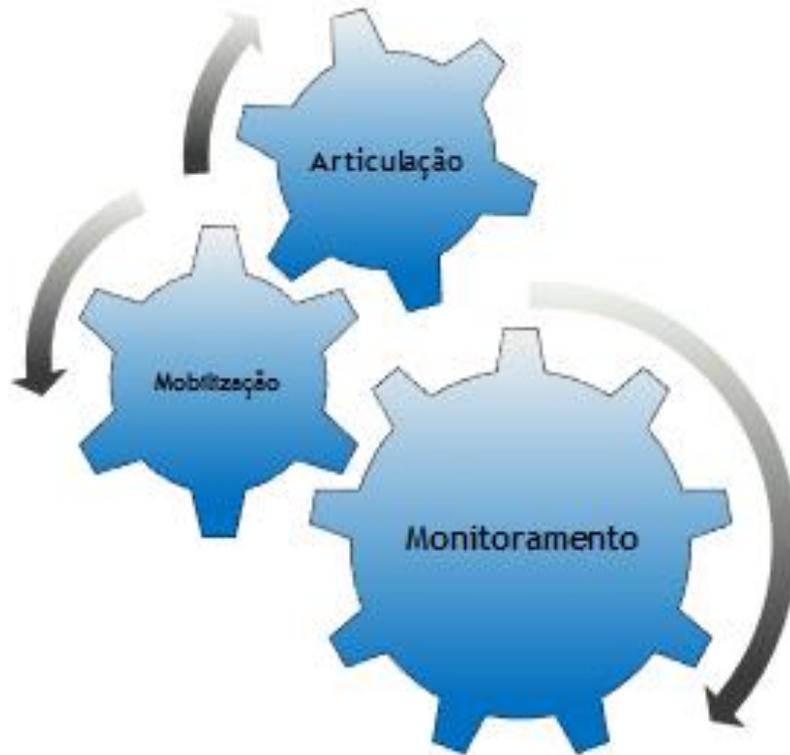
## USO DAS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO POPULAR NO LICENCIAMENTO

O PEA Observação possui os seguintes objetivos: identificar, monitorar, avaliar e encaminhar questões e/ou temas relativos aos impactos socioambientais decorrentes dos impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás. Através das ações formativas em Comunicação Popular (jornal mural, produção audiovisual, texto para *web* e *web rádio*), cada Observatório teve acesso às principais técnicas de comunicação a fim de explicitar esses impactos socioambientais.

Ao longo desses anos, os problemas e conflitos ambientais, sejam eles diretos ou indiretos, ficaram mais visíveis aos olhos de cada participante. O audiovisual materializou, de forma mais efetiva, os problemas/conflitos vivenciados pelos sujeitos prioritários, que colaboraram, direta e indiretamente, na produção dos curtas documentais de cada Observatório.

Sendo assim, é imprescindível a sistematização das ferramentas de comunicação popular a fim de consolidar seu potencial na **articulação** local e na **mobilização** dos atores sociais envolvidos no **monitoramento**. Encaminhar as demandas de cada Observatório às instâncias de decisão, como: conselhos municipais, fóruns, comissões etc., é um dos principais objetivos do projeto. A produção de conteúdo é o alimento que faz a engrenagem do monitoramento acontecer.

.



### ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS “ENCAMINHAMENTOS”

O desenvolvimento de conteúdos utilizando as ferramentas de Comunicação Popular estão focados em três eixos principais: Monitoramento, Articulação e Mobilização. É através desta engrenagem que está explicitada a estratégia da comunicação popular, onde uma ação leva a outra, movendo os diferentes eixos do processo de trabalho de cada Observatório.

#### Atividade 7

Os grupos já identificaram o conflito principal vivenciado em cada município? Como esse conflito está sendo monitorado? Como podemos avaliar se o monitoramento está sendo eficiente? Já conseguimos encaminhar alguma questão a partir dos dados do monitoramento?

## “NOVOS RUMOS: O MONITORAMENTO É COTIDIANO”



O videojornalismo chega à Fase 4 para empoderar as narrativas locais e também ser um facilitador no uso do audiovisual para o monitoramento dos impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás.

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) criaram condições para que apenas um profissional concentre as funções necessárias para o ato jornalístico - informar e comunicar. Justamente por ser uma ferramenta mais simples, de fácil construção é que está sendo destacada como uma ferramenta em potencial para ser utilizada pelos Observatórios no monitoramento. Esta ferramenta já vem sendo utilizada há algum tempo pela mídia tradicional e, principalmente, pelas mídias livres e alternativas, vide as coberturas nas recentes manifestações.

Dentro de um processo educativo dialógico, a produção de uma peça fílmica, nunca é um exercício artístico (apesar de ter a arte como um fator interno) e sim uma peça carregada de tintas políticas, já que ela é a visão de dentro para fora dos sujeitos que sofrem o impacto com a maior intensidade e incidência. Para tal, temos em mente que o curta, vídeo ou outra peça audiovisual é, e sempre será, a narrativa deste sujeito. O papel dos Observatórios é assegurar cada vez mais a viabilidade deste processo de empoderamento através das ferramentas de Comunicação Popular.

**PARTE III**  
**TEATRO DO OPRIMIDO (TO)**

## A ORIGEM

Antes de falar do Teatro do Oprimido, vamos fazer uma viagem histórica, começando pelo início de tudo.

O surgimento do Teatro se inicia na Grécia no século IV a.C. a partir de grandes festas com a finalidade de cultuar e adorar o Deus Dionísios. Para isso os Gregos inventaram a “**Procissão Dionisíaca**”.



**Mas o que seriam Procissões Dionisíacas?**

Bem, eram grandes festas, espécies de rituais sagrados organizados para saudar ao Deus Dionísio, Deus do vinho, da fertilidade e do teatro. Esses eventos aconteciam uma vez por ano na época da primavera, período da colheita da uva. A celebração era com muito vinho e, em média, as festas duravam três dias e no quarto dia todos colocavam lençóis pretos em suas janelas simbolizando um resguardo, luto. Hoje em dia é o que chamamos de “ressaca”.

No entanto, esse Teatro que nós conhecemos atualmente surgiu de um acontecimento histórico. Um dos participantes da Procissão Dionisíaca, tomado por alegria e euforia, dado as cantigas entoadas pela multidão, em um momento de catarse, subitamente sobe em um tablado situado no meio da praça e grita: “Eu sou Dionísio”! Num primeiro momento todos ficam espantados com a ideia de uma pessoa se passar por um Deus, fingindo ser ele, isso nunca tinha acontecido antes. Mas alguns repetiam junto com esse homem a mesma frase se unindo a uma só voz.

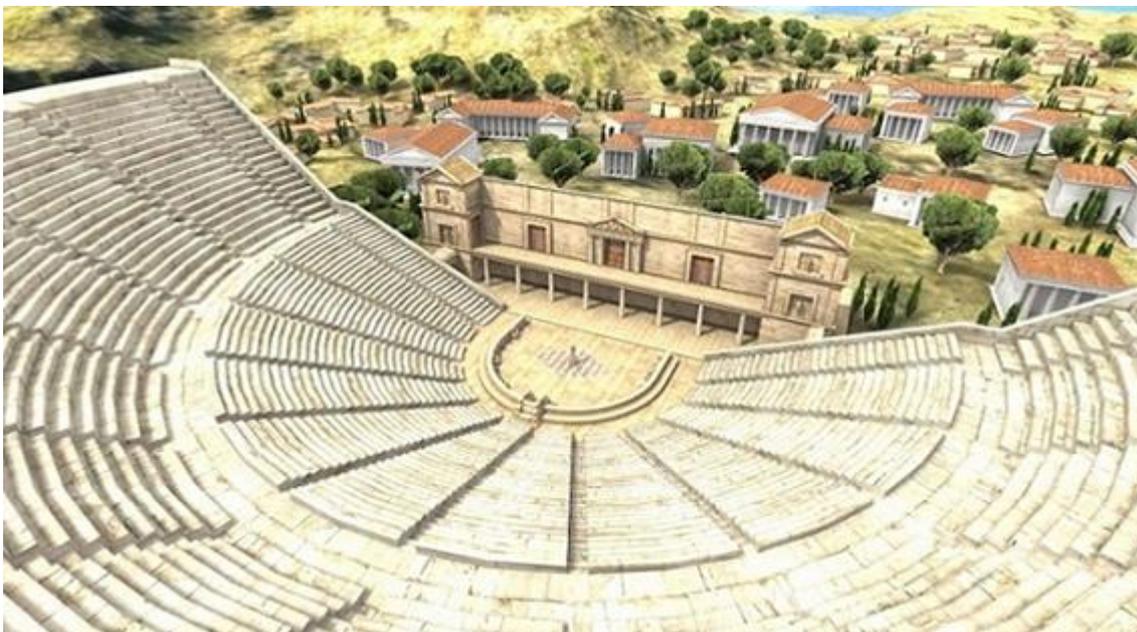
**Você sabe quem foi esse homem?**



Este homem foi Téspis considerado o primeiro ator da história mundial do Teatro a partir deste acontecimento de transformar um Deus em ser humano, uma coisa irreal em real, isto é, dar significado, dar um corpo, dar voz. Exemplo: você observa uma escultura feita de argila, analisa todos os detalhes e, em seguida, tenta reproduzir a mesma escultura em seu próprio corpo adicionando movimento e sons. Ou seja, se apropriar de uma história/pessoa para representa-la e fazer com que todos acreditem em você é que se deu um marco para o início da ação dramática.

### Voltando a Procissão...

Com o passar do tempo essas procissões se tornaram cada vez mais populares entre os gregos que passaram a chama-las de “Ditirambos”. As festas começaram a ser mais elaboradas, surgindo os “Diretores de Coro” - uma espécie de Organizador da Procissão. Os ditirambos então formaram um conjunto de 50 homens que cantavam, dançavam e apresentavam inúmeras cenas sobre Dionísio. Junto com essa evolução, começaram a ser construídos os grandes teatros ao ar livre, construções gregas enormes. Esse prédio na foto abaixo foi construído com a seguinte estrutura: arquibancada, orquestra, thumelê, proscênio e palco.



Tudo era muito bem pensado para dar a acústica perfeita e para que todos presentes pudessem ouvir o que estava sendo falado pelos atores de qualquer lugar da plateia. As arquibancadas eram feitas de pedras e a qualidade do som e visão eram as mesmas independente do lugar. A Orquestra se situava no centro circular onde bailarinos, dançarinos e o coro se apresentavam. O Thumelê era uma pedra fixada no centro da orquestra onde todos depositavam suas oferendas ao Deus Dionísio. O Proscênio (frente do palco) era onde ficava o corifeu, o líder do coro. O Palco era onde se situavam os cenários e onde era feita a troca de figurino.

Como vimos anteriormente o teatro era tido como ritual, dança e festa aos deuses, realizado espontaneamente ao ar livre e denominado de “Canto Ditirâmico”.

Com o passar dos tempos o teatro foi perdendo esse cunho de celebração popular, com a ampla participação do povo, passando a ter um caráter mais institucionalizado e formal, sendo controlado pelo poder das elites e do Estado. Para entender melhor o processo de afastamento do povo desse evento social, vamos analisa-lo de forma mais detalhada em três momentos:

#### Primeiro momento

Com a participação da Aristocracia nesses eventos, a estrutura do teatro se modifica, as classes dominantes tornam o teatro mais separatista. Antes todos cantavam e dançavam sem distinção de classes, então surgem as primeiras divisões onde os atores são separados do povo criando assim o ator e o espectador. Em seguida é incluída uma nova divisão entre os atores, separando-os entre protagonistas e coro.

#### Segundo momento

Surge a Burguesia (novos aristocratas) que estabelecem outras divisões. A burguesia exalta os atores destacando-os como seres superiores, querendo dizer com isso que o teatro não é para todos e sim para poucos, inferiorizando o povo, estabelecendo que o espectador deveria se comportar de maneira adequada, sem gritos, sem perambular pela platéia, sem vender absolutamente nada. A partir deste momento, todos deveriam se sentar em silêncio para que nada atrapalhasse o andar da peça, a única manifestação do povo que poderia existir, seriam apenas os aplausos no final do espetáculo.

#### Curiosidade!

Como vimos, as peças de teatro eram feitas em praças públicas e feiras livres. Os atores tinham que conquistar seu espaço entre gritos de vendedores de peixe, de galinhas e os trabalhadores que ali passavam. Podia-se conversar, gritar, jogar tomate nos atores e, muitas vezes, os espectadores brigavam entre si na plateia, atrapalhando completamente o desenrolar da história que estava sendo contada pelos atores.

### Terceiro momento

Na terceira parte está o que estamos vivendo hoje no nosso cenário atual. A democracia chega e destroi as barreiras criadas pelas classes dominantes, tensionando a barreira entre ator e espectador. Todos somos seres sociais, todos devemos protagonizar e representar as transformações da sociedade. Depois que se destroi a barreira entre o coro (povo, massa, multidão) e protagonista (principal ator, pessoa de referência, líder), todos devem ser coro e protagonista.

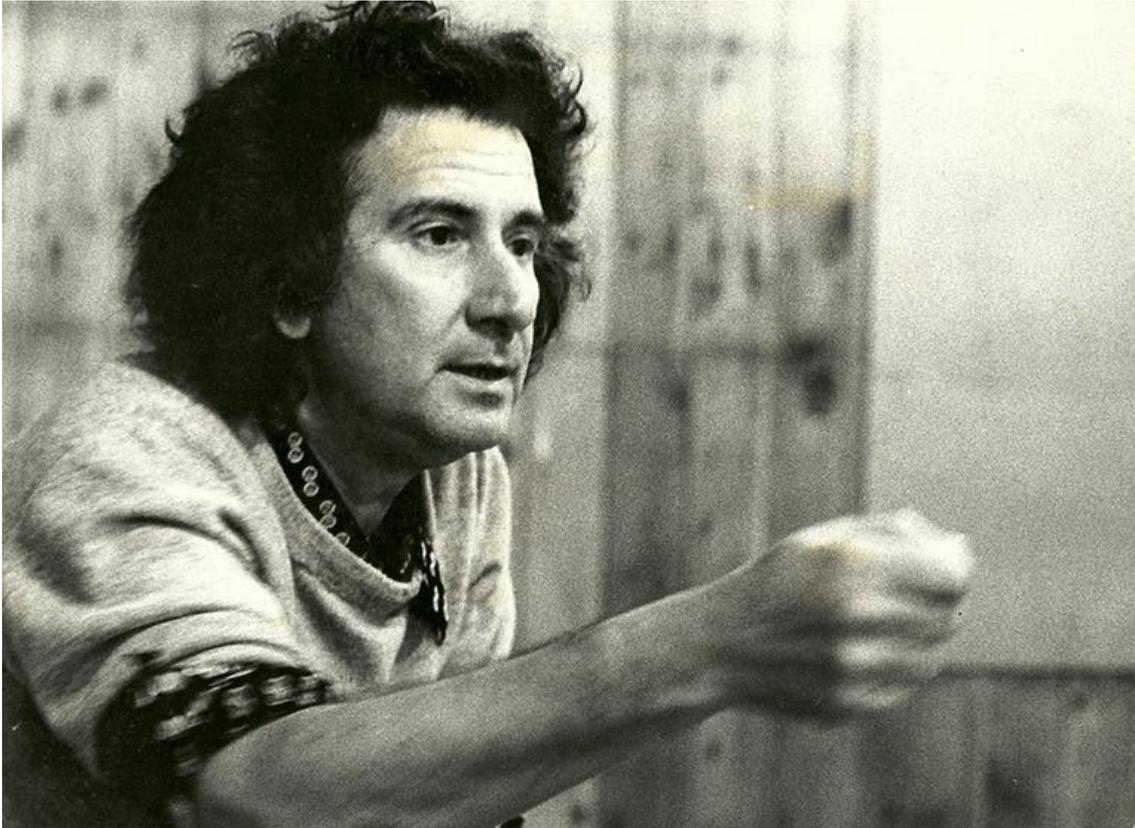
Imaginem um lugar onde tudo seria possível? Onde tudo o que você pensa poderia ser acatado, discutido e valorizado? O mundo lúdico do teatro aborda e parte desse princípio, o de que toda pessoa que está no jogo teatral, no jogo da cena, é valorizado. Nada é descartado, como se diz no teatro, “nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”.

Partindo desse princípio, o Teatro chega como uma ferramenta onde se pode experimentar de tudo e quando falamos “tudo” são literalmente todas as amarras, restrições e limites impostos pela sociedade em que vivemos. Quando o ser humano é levado a repensar e analisar a sua própria conduta, desde quando nasceu até hoje, é quando os conflitos internos, carregados por toda uma vida, começam a ser evidenciados a partir de técnicas teatrais.

## TEATRO DO OPRIMIDO: HISTÓRICO E PREMISSAS

### Quem foi Augusto Boal?

Para falarmos do Teatro do Oprimido, se faz necessário antes conhecermos brevemente a história de seu idealizador. Augusto Pinto Boal nasceu em 1931, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro. Filho do padeiro português José Augusto Boal e da dona de casa Albertina Pinto. Desde criança, Boal escrevia, dirigia e encenava suas peças teatrais em encontros familiares.



Augusto Boal

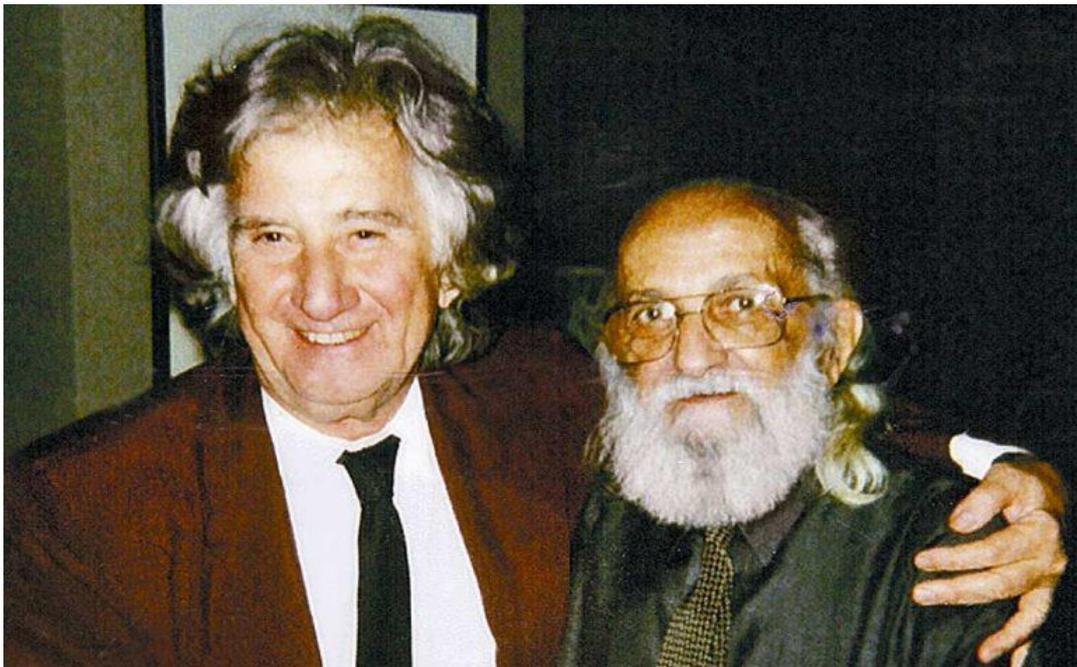
Quando jovem, formou-se em Engenharia Química pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), aprofundando-se na mesma área na Universidade de Columbia, em Nova York, onde aproveitou para se especializar em dramaturgia e direção de peças teatrais. De volta ao Brasil, em 1956, passou a atuar como diretor do Teatro de Arena de São Paulo, se tornando um dos principais responsáveis pelo movimento de valorização de autores teatrais brasileiros, contribuindo para a criação de uma dramaturgia genuinamente brasileira. Em 1971, Boal foi preso e torturado pela Ditadura civil-militar instaurada no Brasil, precisando se exilar na Argentina, se mudando depois para Portugal, França e viajando por diversos países da Europa e da América Latina durante seu exílio. Em todos os países por onde passou, Boal e seus colaboradores seguiram desenvolvendo estudos e pesquisas teatrais que culminaram na organização da metodologia do Teatro do Oprimido. Em 1986, alguns anos depois da promulgação da Lei da Anistia, Boal retornou ao Brasil, fundando o Centro de Teatro do Oprimido (CTO), no Rio de Janeiro, que segue ativo ainda hoje. A fundação do CTO foi feita com a colaboração de artistas populares e teve o intuito de difundir o Teatro do Oprimido em todo o Brasil. Em 2009, Boal foi nomeado embaixador mundial do teatro pela Unesco, um reconhecimento pela importância de seu legado para a produção teatral no mundo. Boal morreu no dia 02 de maio do mesmo ano, aos 78

anos de idade, mas segue viva a herança imaterial deixada por ele. A prova disso é o fato do Teatro do Oprimido estar presente atualmente em mais de 50 países.

No ano de 2010, foi fundado o Instituto Augusto Boal, “com o objetivo de divulgar e dar continuidade à obra do dramaturgo brasileiro”. Na página do Instituto na internet (<https://institutoaugustoboal.org>) podemos ter acesso a uma série de documentos, fotos, correspondências, matérias de jornal e vídeos.

### **Augusto Boal e Paulo Freire - Estratégias para a libertação**

O Teatro do Oprimido recebe esse nome como uma referência à Pedagogia do Oprimido, fruto do pensamento e do trabalho do educador brasileiro Paulo Freire, que dedicou sua vida ao desenvolvimento das propostas pedagógicas da chamada Educação Libertadora. Tanto Boal quanto Freire acreditavam na capacidade de transformação da sociedade e no desenvolvimento da autonomia humana através da participação ativa dos sujeitos nos processos de construção e apropriação do conhecimento e da arte.



Augusto Boal e Paulo Freire

Paulo Freire criticava a concepção de educação tradicional, a que chamou de “educação bancária”, em que os conteúdos trabalhados são “depositados” nos educandos, que apenas os recebem de forma passiva, sem o convite à reflexão e à crítica sobre eles. A concepção pedagógica freireana propõe estratégias educacionais

que têm por objetivo o aprimoramento da capacidade de reflexão dos seres humanos sobre si e o mundo num esforço em direção ao despertar para a possibilidade de transformação de sua realidade. De forma semelhante, Boal buscava, através da estruturação das técnicas do TO, que o espectador, passivo receptor da cena, se convertesse em um ser ativo que transforma a cena teatral, fazendo desse exercício uma mudança para a vida.

Como podemos perceber, os dois autores tinham em comum a crença na capacidade humana de transformação e desejavam contribuir, através da proposição de suas práticas, para o fortalecimento da consciência dos sujeitos sobre o seu potencial criativo e transformador da realidade.

Por sua convicção sobre a importância do desenvolvimento da autonomia, Paulo Freire acreditava que a tomada de consciência se dá num movimento de dentro para fora, não sendo possível uma ação externa impositiva nesse percurso. O educador afirmava que a consciência se fortalece e se desenvolve na prática aliada à reflexão sobre ela, o que chamamos de *práxis*, para que as ações futuras sejam contaminadas por esse diálogo entre ação e pensamento reflexivo/crítico. No mesmo fluxo, o Teatro do Oprimido auxilia no processo de sensibilização dos sujeitos na medida em que oferece mecanismos de conhecimento de si, do mundo e do outro. Ao nos apropriarmos desses mecanismos, utilizando-os como ferramentas, temos a possibilidade de refletir sobre as nossas ações na esfera individual e coletiva, nos transformando e contribuindo para a modificação de nossas relações e, conseqüentemente, dos espaços sociais nos quais estamos inseridos. Além disso, com o TO, podemos partilhar o que descobrimos sobre esse novo pensar, sobre essa nova possibilidade de discutir a realidade, incentivando nossos pares a fazerem o mesmo, num processo de multiplicação de experiências potencializadoras da autonomia.

### **Teatro do Oprimido: para quê serve?**

*“O que não se pode mudar absolutamente no Teatro do Oprimido são seus dois pilares: o espectador deve protagonizar a ação dramática; e preparar-se para protagonizar a própria vida! Isso é o essencial”<sup>8</sup>.*

Como já começamos a entender, o Teatro do Oprimido é uma ferramenta de reflexão e transformação do ser humano e da sociedade. Mas como isso acontece? Através da ação, de forma dialógica e com a participação de todos. Se acreditamos ou desejamos

---

<sup>8</sup> BOAL, Augusto. Jogos para atores e não-atores. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 343.

uma outra realidade, precisamos agir para conquista-la. No Teatro do Oprimido não é diferente. É preciso adentrar a cena para transforma-la, é preciso **protagonizar** a cena. Mas, antes disso, é necessário que cada um se proponha a participar dessa experiência, contribuindo com sua visão de mundo, suas opiniões, dúvidas e anseios, construindo um entendimento comum sobre as problemáticas vivenciadas, estando aberto para, muitas vezes, abrir mão de certezas e crenças há muito tempo constituídas. Dessa forma, os temas abordados deverão mobilizar e contemplar a todos os envolvidos, colaborando com o crescimento coletivo, permitindo que o grupo percorra junto os caminhos na busca de soluções possíveis para cada conflito identificado.

Nas atividades de TO, somos convidados a compartilhar nossas experiências e a identificar coletivamente situações de opressão, que serão a matéria-prima para a construção das cenas. Possibilitando assim, a oportunidade de ampliar nossa compreensão sobre essas opressões e ensaiar efetivamente formas distintas de combatê-las, conseqüentemente, nos preparando para aplicar essas soluções encontradas no enfrentamento de situações semelhantes na vida real. Dessa forma, estamos **ensaiando** para sermos agentes da mudança, tanto no palco como na vida. É o que Boal chamava de *ensaio para a revolução*.

Agora que já passamos a conhecer um pouco mais sobre os pressupostos da Pedagogia e do Teatro do Oprimido, cabe perguntar:

- Você sabe o que é OPRESSÃO?
- Você se considera oprimida ou oprimido?
- Você se considera opressora ou opressor?

**“Opressão** é todo ato de violência, de tirania, de uso desproporcional de força sobre alguém, grupo ou classe social, que se sente “sufocado”, humilhado e reprimido na relação. Em uma sociedade estruturalmente desigual como a nossa, opressões ligadas a gênero, raça, classe, religião, geração são frequentes. Por isso, é fundamental propostas pedagógicas que buscam superar tais relações que estão na base da dominação de classe”. (Frederico Loureiro)

### E quem nunca fez teatro, pode fazer Teatro do Oprimido?

Com certeza! Como vimos no início do texto, o teatro nasceu de uma necessidade humana de interpretar sua realidade, há milhares de anos. Precisamos apenas resgatar esse saber e anseio ancestrais. Augusto Boal também acreditava no teatro como uma potência humana, ou seja, acreditava que todas as pessoas podem fazer teatro, independente de idade, profissão ou experiência artística prévia. Acreditava ainda que o teatro podia ser feito em todos os lugares: nas ruas, praças, escolas, sindicatos. Inclusive nos teatros! E ia mais além, dizendo que todos **somos teatro**, mesmo que não saibamos disso, pois, de acordo com as circunstâncias em que nos encontramos, escolhemos nosso modo de agir, falar, vestir, improvisando as ações mais adequadas para cada situação. Todas essas escolhas e formas de comportamento comunicam nossas intenções, fazendo parte da interlocução que estabelecemos com o mundo externo. Somos natural e potencialmente teatrais! E como dizia Boal, já que estamos fazendo teatro, querendo ou não, que façamos isso com consciência e propriedade.

Para nos auxiliar a redescobrir essa potência teatral, muitas vezes adormecida, Boal estruturou seu método em um conjunto de jogos, exercícios e técnicas que ajudam qualquer pessoa a se apropriar dos instrumentos do fazer teatral, o que ele chamou de plano geral de conversão do espectador em ator<sup>9</sup>. A tabela abaixo nos ajuda a entender melhor as etapas deste plano:

ETAPAS	ASPECTOS TRABALHADOS
<b>PRIMEIRA ETAPA:</b> Conhecimento do corpo	Sensibilização sobre as limitações e possibilidades do corpo (deformações sociais)
<b>SEGUNDA ETAPA:</b> Tornar o corpo expressivo	Expressão de ideias através do corpo

<sup>9</sup> **BOAL**. Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 131.

<p><b>TERCEIRA ETAPA:</b> Teatro como linguagem</p>	<p>Dramaturgia da cena/falar através da cena</p>
<p><b>QUARTA ETAPA:</b> Teatro como discurso</p>	<p>Criação/apresentação da cena segundo as necessidades de discutir determinados temas</p>

A estruturação dos exercícios nas etapas acima nasceu da experiência prática. Foi observando que Boal identificou a melhor forma de nos prepararmos para a ação teatral. Essa esquematização visa possibilitar aos praticantes do TO o conhecimento e a **desmecanização** de seu próprio corpo, principal ferramenta do fazer teatral, fonte de som e movimento, além da ampliação e desenvolvimento de sua capacidade reflexiva sobre a realidade, através das temáticas discutidas.

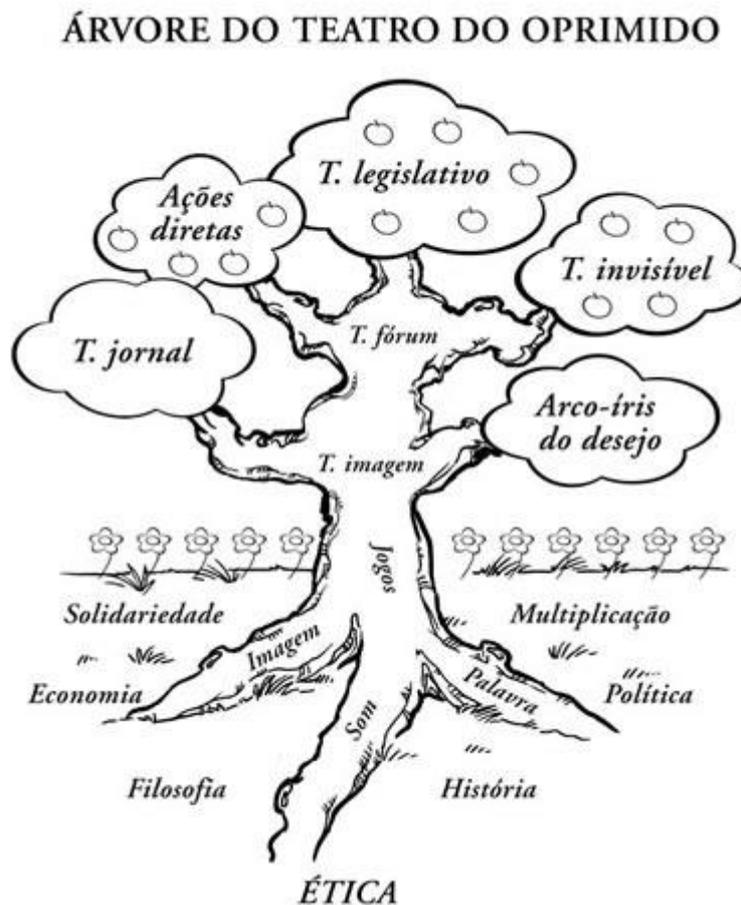
Mas o que significa desmecanizar nosso corpo? No nosso dia a dia, realizamos movimentos e ações de maneira sistemática (varrer, digitar, capinar, pescar...), de modo que ficamos habituados à forma como o nosso corpo se molda a essas atividades, nos acostumando com as estruturas musculares mais restritas que se formam e as conseqüentes limitações que causam em nosso corpo, como problemas de postura, por exemplo. Chamamos essas limitações causadas pelas atividades que realizamos cotidianamente de **deformações sociais**. Nos "mecanizamos" quando não nos damos conta dessas deformações. Nos desmecanizamos quando nos tornamos conscientes dessas restrições, procurando nos libertar delas através de exercícios e práticas corporais que buscam ainda ampliar nossa capacidade de expressão. Voltando a atenção para as nossas limitações e possibilidades corporais, podemos caminhar em direção à ampliação de nossa expressividade e capacidade de diálogo. Essa é a primeira etapa de que falamos acima.

Na etapa seguinte, Boal propõe exercícios de expressão corporal, em que começamos a entender a potência comunicativa de nosso corpo e amplificá-la, utilizando-o como um instrumento consciente de comunicação (terceira etapa) já que começamos a assimilar que essa capacidade não se restringe apenas à fala. Assim, experienciando esses estágios, Boal acreditava que o espectador estaria habilitado a praticar as formas teatrais propostas por ele, não mais apenas assisti-las. O espectador estaria habilitado **a fazer teatro** (quarta etapa), "deixando de ser *objeto* e passando a ser *sujeito*, convertendo-se de testemunha em protagonista" da cena.

O Teatro do Oprimido é, portanto, um convite à liberdade de ação e reflexão. E toda essa transformação, esse processo de libertação pelo qual passa o espectador, não poderia ser intitulado com uma expressão que não comportasse esse potencial de ação e mudança, por isso Boal passa a utilizar um novo termo para nominar os praticantes do TO: passa a chama-los de **espect-ator**, que é a junção de espectador e ator, o ser que assiste e ao mesmo tempo transforma a cena.

### De que forma podemos experimentar essa transformação através das técnicas do Teatro do Oprimido?

Podemos visualizar mais claramente como o Teatro do Oprimido se estrutura enquanto método e de que forma podemos vivenciar suas práticas através da imagem da árvore do Teatro do Oprimido. Boal pensou na árvore como uma forma de explicar a metodologia do TO por se tratar de um elemento vivo, com a capacidade de se transformar e multiplicar, assim como o Teatro do Oprimido



Imaginemos então que o Teatro do Oprimido é uma árvore. Para crescer forte, essa árvore deve estar plantada em solo fértil da ética e da solidariedade, tendo como base

de suas práticas a política, a história, a filosofia, a economia e todos os conhecimentos humanos necessários para que os debates sobre os temas geradores das cenas possam se aprofundar. No nosso caso, acrescentaríamos a educação ambiental no licenciamento como um saber que deve estar em constante busca de aprofundamento e aprimoramento. As três principais raízes dessa árvore são a base da estética do Teatro do Oprimido: imagem, som e palavra, que percorrem todas as práticas do TO. Seguindo o crescimento dessa árvore temos os jogos do arsenal do Teatro do Oprimido, que objetivam proporcionar experiências de interação, conhecimento de si e do outro, além de preparar nosso corpo, mente e criatividade para as práticas do TO.

- a) Teatro Imagem: técnica em que começamos a entender e exercitar a capacidade de “falar” através do nosso corpo. A partir do contato com essa técnica, passamos a nos capacitar para exercitar as demais modalidades do TO;
- b) Teatro Fórum: onde os participantes (espect-atores) intervêm na cena, tomando o lugar do protagonista;
- c) Teatro Jornal: no qual se busca interpretar as entrelinhas, aquilo que não está revelado nas notícias dos jornais (ou qualquer outro material não dramático), ou ainda, dar outra versão dos fatos, caso a notícia seja contada de forma parcial;
- d) Arco-íris do Desejo: criada quando Boal morou na Europa e percebeu que os participantes do TO de lá tinham muito mais opressões internas do que externas, deferentemente do que se passava no Brasil, na época da ditadura militar. Trata-se de uma técnica mais introspectiva, onde se busca identificar as opressões internalizadas/subjetivas, tornando esse entendimento mais concreto e elaborado;
- e) Teatro Invisível: onde as cenas são representadas em espaços públicos, sem que as passantes saibam que estão participando de uma encenação, com o objetivo de apresentar uma situação “real” e causar reflexão sobre determinado assunto;
- f) Teatro Legislativo: muito utilizado na década de 90, quando Boal foi vereador do Rio de Janeiro e utilizava sessões de Teatro Fórum para discutir projetos de lei e encaminhar à câmara de vereadores os desejos da população.

Todas as técnicas ilustradas nos galhos dessa frondosa árvore buscam ser uma preparação para a ação direta na vida real, oportunizando, como já vimos, situações de experimentação que nos ajudam a compreender o contexto social em que estamos inseridos e estar mais seguros e conscientes em nossas ações futuras, pois elas serão resultado de um processo reflexivo crítico. Além disso, uma árvore tem a capacidade de gerar frutos e se multiplicar, gerando novas árvores que dão novos frutos e assim consecutivamente. Esse processo de multiplicação demonstra a generosidade do método do Teatro do Oprimido e a contribuição fértil que Boal deixou para o mundo.

### **Porque entendemos que era importante inserir este Teatro no PEA Observação? O que queremos com isso?**

Buscando entender um pouco mais sobre a inserção do Teatro do Oprimido no PEA Observação, vamos lembrar o que diz o Plano de Trabalho da Fase 4, no que se refere aos pressupostos metodológicos adotados. Os dois principais objetivos que norteiam as ações educativas do projeto são:

1. Respeitar os passos metodológicos da concepção pedagógica freireana de mobilização e organização social, criação de espaços dialógicos de problematização, construção de conhecimentos e intervenção na realidade, protagonizada por grupos sociais vulneráveis aos impactos da cadeia produtiva do petróleo;
2. Pressupor que a formação humana, cerne do ato educativo, resulta de práticas simultâneas de pesquisa, sistematização de informações, problematização, desenvolvimento de capacidades, mobilização, sensibilização, organização e intervenção na realidade. Assim, as atividades nomeadas como formativas são momentos determinados de uma totalidade social que efetivamente é o processo educativo e que qualifica a atuação dos sujeitos nos espaços concernentes à gestão ambiental pública.

A inserção do Teatro do Oprimido no PEA Observação se dá por esta ferramenta estar afinada com os propósitos educativos acima citados, na medida em que se constitui como uma atividade que visa o desenvolvimento da autonomia e liberdade humanas. Na prática, o TO se propõe à criação de espaços de reflexão em que a capacitação dos sujeitos e a qualificação dos debates são resultados que contribuem para o que é, afinal, o principal objetivo do desenvolvimento das dinâmicas do Teatro do Oprimido: a

**intervenção consciente** na realidade, a fim de transformá-la. No contexto do monitoramento realizado pelo PEA Observação, o TO visa a preparação dos sujeitos para que eles se sintam mais seguros e qualificados para a atuação nos espaços de gestão e decisão públicas.

No que se refere aos objetos específicos da Educação Ambiental no licenciamento, o TO chega para somar esforços junto às demais ferramentas da Comunicação Popular no cumprimento dos objetivos pedagógicos do projeto, na medida em que busca ser um facilitador da assimilação de conteúdos, auxiliando os sujeitos na apreensão dos conceitos de forma lúdica, ativa, desafiadora e coletiva. Além disso, através de suas práticas, o TO objetiva provocar o debate sobre temas referentes ao processo organizacional dos Observatórios, buscando a melhoria de seus métodos de gestão, levando sempre em conta a participação e a opinião de todos os seus colaboradores. Ademais, o TO busca criar espaços de reflexão sobre as relações do cotidiano dos Observatórios, em um ambiente que se propõe espontâneo e seguro, visto que essas discussões se dão em um espaço construído com base na cumplicidade e entrega de todos os participantes. A ludicidade e a teatralidade atuam na preservação dos sujeitos em relação a possíveis constrangimentos ou bloqueios na livre expressão de suas opiniões. Por trabalhar com a subjetividade de seus participantes, o TO acaba evidenciando aspectos individuais e coletivos, muitas vezes desconhecidos ou diluídos na mecanicidade do dia a dia, facilitando a elaboração do entendimento do grupo acerca de temas difíceis ou conflituosos, dispondo-se a debater-los de forma madura, sensível, objetiva e crítica, auxiliando o grupo em sua superação ou resolução de problemas/conflitos.

### O que pretendemos apresentar com o TO no final do ano?

*“Descobrir o Teatro, o ser se descobre humano. Teatro é isso: a arte de nos vermos a nós mesmos. A arte de nos vermos vendo”<sup>10</sup>*

Seguramente, o mais importante no desenvolvimento das práticas propostas pelo TO no contexto do PEA Observação, é o **processo** de reflexão, troca, aprimoramento de ideias e entendimentos, fortalecimento das relações e apropriação dos objetivos do projeto por todos os envolvidos. Por isso, o Teatro do Oprimido se insere no projeto de

---

<sup>10</sup> **BOAL**, Augusto. Jogos para atores e não-atores. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.XX.

forma **processual**, estando presente ao longo de toda a Fase IV, buscando ser uma ferramenta de fortalecimento gradativo na evolução dos aprendizados vivenciados pelos grupos dos Observatórios.

Entretanto, entende-se que a apresentação de uma cena ou peça teatral é, certamente, muito significativa enquanto experiência, tanto para quem apresenta, quanto para quem assiste. Quando compartilhamos o ato teatral, estamos acessando uma atividade ancestral, estamos nos relacionando enquanto seres humanos, contatando com todas as emoções que esse ato carrega: ansiedade, expectativa, timidez, felicidade e tantas outras sensações possíveis. O teatro é feito ao vivo e a cores, nos encontramos cara a cara, carne e osso, atores e espectadores, vivenciando esse momento, que pode ser de muita troca e conexão. **O teatro é a arte de conexão consigo e com o outro**, do exercício da convivência, do diálogo, do respeito, da reflexão, da transformação e de tudo o mais que concerne às relações humanas. Ter a experiência de estar em cena ou de se sentir representado em cena pela identificação com o outro, pode ser muito rico e transformador.

Neste contexto, quando é proposto o compartilhamento do resultado dos exercícios cênicos ou cenas teatrais construídas ao longo de um processo, como as cenas de Teatro Fórum que alguns Observatórios já tiveram a oportunidade de apresentar ao longo desse ano, estamos tendo a oportunidade de somar novos olhares às temáticas sugeridas por nós mesmos. Além disso, dando a oportunidade de enriquece-las com o retorno dado pelo público, encontrando outras possibilidades de resolução de conflitos e entendimentos sobre situações diversas, podendo nos apropriar de tudo isso e aplicar em nossas vidas, transformando nossa realidade. Preparar e apresentar uma cena, no contexto do PEA Observação, se configura como um ato generoso que oportuniza a reflexão sobre a realidade e contribui para o crescimento de todos os envolvidos com o projeto.

Sobre a experiência de preparar e apresentar uma cena de Teatro Fórum, os colaboradores do Observatório Cabo Frio deram o seguinte depoimento:

*“Ao pensar na cena, formulamos o dia a dia dos pescadores que trabalham no Pontal e sua liderança, chamando-os para conquistar políticas públicas, onde os mesmos têm interesses mas deixam para a liderança resolver, pois não acreditam mais no retorno de suas demandas [...] Ao iniciar a encenação, os pescadores começaram a interagir a cada cena, antes mesmo da intervenção do Curinga. Isso nos transmitiu muita confiança e alegria em ver o retorno do objetivo do Teatro do Oprimido. Entendemos o processo do Teatro do Oprimido como a construção da problemática vivenciada e a*

*reflexão da mesma pelos oprimidos pegando para si a responsabilidade de resolver seus próprios problemas.”*



Apresentação de Teatro Fórum na Casa do Pescador, em Tamoios.

Por acreditar nisso, encerramos este texto com um convite aos participantes dos Observatórios para mergulharem nessa rica experiência que o Teatro do Oprimido se propõe a ser, buscando a apropriação dessa ferramenta e a construção coletiva de um acontecimento teatral, a partir de uma das técnicas do TO apresentadas acima.

E então? Qual tema, situação ou conflito você gostaria de dividir com o grupo, na tentativa de construir uma reflexão pertinente ao monitoramento do projeto, utilizando as técnicas do Teatro do Oprimido?

**Boas descobertas a todos!**

## Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo/ PEA-CP



A realização do Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

## ANOTAÇÕES

## ANOTAÇÕES

## ANOTAÇÕES

## ANOTAÇÕES

## ANOTAÇÕES

## ANOTAÇÕES

